

ENTREVISTA

INFÂNCIA URBANA, POLÍTICAS E POÉTICAS: DIÁLOGOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE ROSÁRIO/ ARGENTINA

Levindo Diniz Carvalho*
Maria Cristina Soares Gouvea**

Entrevista com:

Carolina Balparda - Directora General de Pedagogía Urbana¹
Guilhermo Rios - Secretario de Cultura y Educación²

Introdução

A produção acadêmica brasileira mais recente sobre as relações entre a criança e a cidade, via de regra, tem se debruçado sobre como as crianças vivem e significam a experiência urbana. Um expressivo conjunto de investigações vem buscando apreender o olhar da criança sobre a cidade³, apresentando inovações teórico- metodológicas que, fundadas numa perspectiva epistêmica transdisciplinar, dialogam com ferramentas tecnológicas contemporâneas, no resgate das linguagens infantis

* Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ. Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Federal de São José Del-Rei. UFMG/UFSJ. Minas Gerais. Brasil. E-mail: levindodinizc@ufsj.edu.br.

** Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. Minas Gerais. Brasil. E-mail: crisoares43@gmail.com.

¹Licenciatura em Comunicação e Estudos de Mídia (Universidad Nacional de Rosario – Argentina); Especialização em Estudos Culturais/ Teoria Crítica e Análise (Facultad Latino Americana de Ciencia Sociales – Flacso México); Mestrado em Artes (Goldsmiths, University of London).

²Licenciado em Ciências da Educação (Universidad Nacional de Rosario); Mestrado em Ciências Sociais (Universidad Nacional del Litoral. Santa Fé); Doutorado em Ciencias Sociais (UNER - Universidad Nacional de Entre Ríos).

³ Dentre as várias produções entre teses, dissertações, livros e artigos, destacamos os dossiês: BITTENCOURT, Agueda (Org.) Educação, cidade e pobreza (*Pro- posições*, vol. 23 n. 1 jan/abr. 212); MULLER, Fernanda (Org.). Tempos e espaços da infância (*Currículo sem fronteira*, vol. 6, n. 1, 2006); MULLER, Fernanda & GAMA, Bazilio (Org.). Infância e cidade; perspectivas analíticas para as áreas de educação e sociologia (*Educação e Sociedade* vol. 35, n. 128, jul/set. 2014); ARAÚJO, Vania & AQUINO, Ligia. Infância na cidade: um diálogo com a educação, (*Educação*, vol 41, n. 2 abr/jun. 2018), bem como as obras: LOPES, JADER JANER MOREIRA. Geografia e Educação Infantil. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018; LOPES, Jader Janer Moreira ; VASCONCELLOS, T. . Geografia da Infância - reflexões sobre uma área de pesquisa. 01. ed. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005; DEBORTOLI, José Alfredo7 MARTINS, Maria de Fátima (org.) *Infâncias na metropole*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

Tal produção vem dialogando com investigações desenvolvidas em outros países⁴. Tais estudos contemplam configurações urbanas distintas das cidades brasileiras (ainda que a globalização tenha como um dos resultados, a uniformização das grandes metrópoles e seus problemas, o que afeta diretamente a experiência urbana infantil).

Neste sentido, as pesquisas brasileiras conferem destaque ao impacto das desigualdades sócio-territoriais, da violência, das condições de circulação e moradia na vivência infantil, assim como aos espaços, práticas e políticas de cultura e lazer no cotidiano das crianças na cidade. Em termos gerais, observa-se, por um lado, a crescente privatização dos espaços e a restrição na mobilidade. Por outro, a emergência de experiências de exploração da cidade, a construção de políticas em redes e a constituição de espaços culturais dirigidos às crianças. Ainda assim, o direito à cidade, nas suas dimensões de acesso, apropriação e participação, configura-se como uma conquista distante da experiência contemporânea da maioria das crianças brasileiras.

Tal direito⁵ toma como uma das referências o trabalho de Francesco Tonucci na Itália, que se tornou paradigmática, ao propor uma cidade para as crianças, em que a prioridade das políticas urbanas voltou-se para a população infantil. Esse trabalho foi replicado em outras cidades em diferentes países do mundo via rede Città dei Bambini⁶.

Ao mesmo tempo, outras experiências de gestão urbana voltada para as crianças constituíram-se em rede, destacando-se aqui as chamadas Cidades Educadoras, movimento internacional de vulto, que agrega diferentes cidades do mundo, partilhando distintas experiências. Estas têm como eixo entender a cidade como lócus de educação da criança, para além da escola, através de criação de intervenções nos campos da saúde, cultura e lazer, ordenamento dos espaços urbanos tendo em conta seu potencial

⁴Entre outros, vide: HOLLOWAY, Shirley & VALENTINE, G. *Childrens geographies: playing, living, learning*. London: Routledge, 2000; dossiê *Childhood*, n. 7 (3), 2000; CHRISTEENSEN, P. (org) *Children in the city: home, neighborhood and community*. London: Routledge, 2002.

⁵A expressão: direito à cidade tem origem no trabalho do sociólogo francês Henri Lefebvre. Vide: LEBEVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Loyola, 2016 (Ed 5).

⁶Atualmente outras referências internacionais que assumem destaque na defesa do direito à cidade pela criança. Destacamos: A UIA Architecture & Children. Disponível em: <<https://www.uia-architectes.org/>>; A Child in the City Foundation. Disponível em: <<https://www.childinthecity.org/>>; e a Asociación Ludantia. Disponível em: <<https://ludantia.wixsite.com/bienal-internacional>>.

educativo. Ambas as redes tomam como eixo a participação das crianças na produção e gestão das políticas, através de diferentes mecanismos consultivos.

No Brasil, tais concepções, encontraram ressonância especialmente em políticas de extensão da jornada escolar, sobretudo a partir do Programa Mais Educação. Experiências localizadas apresentavam um modelo que tomava a cidade como espaço educativo, voltando-se para a exploração urbana, contemplando centralmente excursões a equipamentos de lazer e cultura. No interior do mesmo programa, entretanto, outras experiências entendiam a extensão do tempo escolar como ampliação da carga horária destinada aos conteúdos curriculares, notadamente língua escrita e matemática, acarretando a ampliação do confinamento infantil.

Mesmo bem sucedidas intervenções defrontam-se hoje com o desmonte e descontinuidade das políticas, fruto da mudança das gestões. Assim é que programas educativos de exploração da cidade pelas crianças são precarizados pela redução de verbas e/ ou desinteresse dos gestores, que interrompem ações desenvolvidas.

Especialmente num momento de desqualificação da escola pública, com a pressão pela implementação do homeschooling, de esvaziamento dos programas de escola integrada, reduzidos à ampliação do tempo escolar, de demonização dos espaços culturais, tomados como locais de “corrupção moral das crianças”, assistimos assustados a um significativo retrocesso no direito da criança à cidade, que certamente trará marcas na experiência sociocultural e educativa das populações infantis.

Diante disto, esta entrevista propõe trazer para o leitor brasileiro uma consolidada experiência desenvolvida pela cidade de Rosário, na Argentina, a partir da escuta de gestores responsáveis pela sua efetivação. Membro da AICE, Associação Internacional das Cidades Educadoras há 23 anos, e inspiradora do projeto Città dei Bambini, o trabalho na capital se funda em uma concepção de planejamento urbano que centra-se na efetivação do direito à cidade pelas crianças.

Trata-se de um município de 1 milhão de habitantes, terceira maior cidade da Argentina, capital da província de Santa Fé. Sua importância histórica deriva de sua área portuária, constituindo-se como local de circulação de mercadorias e populações, num país que se destacou na recepção de imigrantes.

À semelhança de outras cidades com esta configuração, Rosário apresentou recentemente um deslocamento na sua vocação econômica, com esvaziamento da região

portuária e decadência do espaço urbano circundante. O governo socialista optou por qualificar tais espaços, destinando-os a programas públicos de arte e cultura. Assim é que extensos galpões que se tornaram ociosos, são hoje utilizados por grupos sociais que historicamente tiveram negado o direito à cidade, como crianças, jovens e mulheres. Tais espaços buscam propiciar o desenvolvimento, através de linguagens diversas, da expressão de tais grupos.

“*Trabalhar com as crianças permite pensar a cidade toda*”, as palavras de *Carolina Balparda* ilustram como experiência de Rosário é centrada na organicidade e integração de ações. Desde 1996 as diversas mudanças urbanas foram fundadas na lógica de descentralização dos equipamentos públicos e da participação cidadã. As políticas foram orientadas pelas idéias de conviver, habitar e transformar o espaço urbano. A escala e volume das mudanças, a capilaridade dos programas e a continuidade das ações fazem dessa cidade uma referência para o contexto latino-americanas e de interesse para pesquisadores e gestores de políticas para infância.

Pensando “*a cidade como cenário que convoca*”, Rosário criou, dentre outras iniciativas: diferentes espaços culturais e de brincar; um circuito pedagógico urbano; uma escola móvel que circula pelos diferentes bairros. Valorizando a participação das crianças na governança das políticas públicas a cidade mantém o Conselho das Crianças onde meninos e meninas pensam, projetam e opinam sobre as políticas e criam projetos em processos de participação ativa.

Dentre os equipamentos para crianças merece destaque o *Tríptico de la infancia*, um conjunto de três espaços que foram requalificados e constituem um circuito fundamental no projeto pedagógico urbano da cidade, baseado no jogo e na imaginação. O *Jardín de los Niños*, um parque que abriga brinquedos de grande escala como a “máquina de voar”, circuitos poéticos e instalações inspiradas no trabalho de artistas plásticos; a *Isla de los inventos*, uma antiga estação de trem composta de distintas instalações e ateliers que congregam ciências, arte e tecnologia por meio do jogo e do movimento; e a *Granja de la Infancia* um espaço de exploração e reflexão sobre natureza e qualidade de vida, por meio de brinquedos e experimentos. O tríptico tanto realiza o atendimento direto às crianças como constitui lócus de formação de Educadores e de pesquisa sobre pedagogias da infância. Nesses espaços o brincar e a imaginação

têm como suporte diferentes *dispositivos de jogos*, afirmando-se como matriz para se pensar outros espaços públicos para criança na cidade.

As entrevistas ocorreram em outubro e 2018, quando a Cidade sediou o encontro da Rede Latino-americana do projeto *Citta dei Bambinie* realizou o Seminário: “*Triptico de la infância, política y poética*”. Na ocasião mais de 400 educadores de todo o país e representantes de outros 6 países da América Latina estiveram no município em ações de formação.

O roteiro das entrevistas buscou contemplar as concepções que fundamentam a experiência, os fatores de êxito e a análise das diferentes iniciativas. Em função da agenda dos entrevistados, os encontros ocorreram separadamente. Assim, cada entrevista tomou caminhos distintos e questões emergiram ao longo do diálogo. Apresentamos aos leitores uma síntese, entendendo que os principais elementos que caracterizam a experiência da cidade e seu ineditismo foram contemplados. Chama a atenção, por exemplo, o fato do debate sobre cidade e infância estar presente em diferentes níveis da gestão da política ou ainda como a escuta das crianças gera propostas concretas de ação no espaço público interrogando o conceito de participação infantil e seus diferentes matizes. Temas como a descentralização das políticas, as tensões entre autonomia e proteção e o próprio conceito de Pedagogia urbana assumem também relevância.

Esperamos que esse diálogo inspire gestores e pesquisadores que pensam a infância na cidade e possa colaborar na construção de questões investigativas e diretrizes políticas que levem em conta a dimensão interdisciplinar da temática da infância, criança e cidade.

Acreditamos que, em tempos de desmonte e retrocesso, é fundamental contar a cantar as utopias. Afinal, como já dizia o poeta⁷: “E no entanto é preciso cantar. Mais que nunca é preciso cantar...É preciso cantar e alegrar a cidade”

Ao final da entrevista incluímos uma pequena bibliografia sobre Rosário e as políticas para infância na cidade.

Entrevista:

⁷MORAES, Vinicius. Marcha da quarta feira de cinzas.

Entrevistadores: Buenos días... Nosotros somos de la Universidad Federal de Minas Gerais. Tenemos trabajos de investigación y de formación de profesores acerca de la niñez de la escuela para la niñez. En Brasil, como sabes, es muy fuerte el tema de la Educación Integral, de la escuela en ciudad y la experiencia de Rosario es mundialmente conocida,.. una gran referencia. Nosotros pensamos en una charla para situarnos la experiencia de Rosario de construcción exitosa de una política pública urbana para la infancia... aunque la experiencia de Rosario ya sea conocida en Brasil, todavía no es conocida por el público más amplio. Así que vamos a darla a conocer que ayude a los brasileños a pensar en una propuesta de un país que tiene desafíos más parecidos a los de Brasil, para que pensemos en los retos y las cuestiones considerando la política pública. Así, empezamos seis o siete cuestiones que usted puede hablar más y que se relacionan con implementación de la propuesta y su continuidad. Para nosotros sería importante escuchar un poco que elementos que usted destaca de una política de ciudad que nosotros podemos definir pela organicidad, integración de acciones... En el contexto de convivir, habitar y transformar el espacio urbano. Así que, nos gustaría oírte un poco más sobre eso.

En ese sentido, ¿cuál es la prioridad para la niñez y la infancia?

Carolina: - Lo cierto es que para nosotros la posibilidad de pensar primero, integralmente las políticas de infancia y segundo, en esa integralidad poder incorporar algunas perspectivas desde lo cultural y lo educativo en un sentido muy amplio que involucra la participación activa de niños y niñas en las políticas de la ciudad no ha sido solo el objetivo final de un proceso, sino que ha sido el proceso mismo y eso es muy importante. Si hay algo que nosotros hemos aprendido del proyecto Ciudad de los Niños, en estos años de trabajo, y de otros espacios de participación de infancia es que, efectivamente, había así un modo, una manera, una forma de trabajar con los niños que permite pensar en la ciudad toda, inclusive permitir pensar en la misma idea de integralidad que muchas veces se da por sentada, pero que después los adultos no sabemos como resolver. Decimos que, las políticas públicas deben ser integrales, que los ciudadanos no son una suma de fragmentos, sino que su vida en todas las dimensiones están juntas y que no empiezan, que no hay un ciudadano que tiene un día una situación que atender de salud y el otro día una situación administrativa, sino que la vida cotidiana es una sola cosa múltiple y efectivamente las crianzas son exactamente,

viven así la ciudad. Así que, lo primero de lo que echan luz es sobre la idea de integralidad, no distinguen el jugar del aprender, el cuerpo de la mente, lo social del individual, la ciudad se les presenta como un escenario que los convoca o que los dejan fuera completamente. Para nosotras, en esas acciones de gobierno poder pensar como trabajar con niños y niñas y como pensar con ellos en la ciudad era muy importante. ...cuando alguien visita el espacio siempre hacemos un refuerzo con el tema de las preposiciones, no son espacios para chicos, son espacios construidos entre chicos y grandes, son construidos por los chicos para toda la ciudad. Es un juego de palabras que hacemos porque nos interesa reforzarlo porque es así. Porque no es un simulacro de participación, ni es un simulacro de atención creemos efectivamente que hay en el universo de la infancia saberes y formas de habitar el mundo que son válidas para mejorar la forma en que habitamos en el mundo todos. Creemos que hay operaciones en el sentido y creativas que ocurren en la infancia, y particularmente en la primera infancia que se pierden a lo largo de la vida y que son vitales porque llevan las estrategias, los secretos para evitar mejor nuestros espacios urbanos que no deberíamos pararlo, que debemos estar atentos a esto porque sabemos y hemos entendido que hay una forma muy adulta de escuchar a los niños, que hay que tratar de correrse de esas formas adultas y escuchar la infancia desde la propia infancia. Que eso un ejercicio importantísimo de aprender, en ese tono se acercan muchas metodologías de trabajo, que no es lo mismo sentarse y pretender que una escucha que efectivamente escuchar y que en esa primera escucha muchas veces los niños traen cosas que son de los propios adultos. Hay que saber llegar a las agendas más genuinas de la infancia.

Guilhermo- La prioridad para la niñez y la infancia forma parte, digamos, de nuestra política. Nosotros estamos formando ciudadanía. Nosotros apostamos que esta perspectiva perdure en el tiempo. Creemos que hay una decisión de transmisión allí. No significa que nosotros tomamos esta decisión porque estén en emergencia, sino que, de alguna manera creemos que los chicos o chicas aporten o tienen que aportar sus voces en la construcción del proyecto político de ciudad porque son prioridad para nosotros. Porque creemos en la integralidad. No creemos en esas secciones de grupos etarios, sino que creemos en una política integral en todas las áreas y las voces de los niños y de las niñas son fundamentales... Creo que es el tiempo de las ciudades. Todas las decisiones

que se toman a nivel macro... el ámbito del impacto son las ciudades y nosotros tenemos que hacer frente a eso... Son miradas transversales... Queramos que sea un área de diversidad endogámica. Queremos que esa mirada atraviere todas nuestras políticas. Creo que tiene que ver con eso. Hay momentos de confrontación. No significa que todo eso sea romántico, sino que hay momentos de confrontación. Pero hay mucho diálogo.

Creo que la figura de Chiqui González es relevante e importante. Fue la que lideró la construcción de estos proyectos pero también hubo la conformación de un equipo. Donde en ese equipo hubo muchas voces. Fuimos, de alguna manera, desde experimentando y buscando distintas estrategias... En este sentido, todos veníamos de lugares diferentes. Unos veníamos más de la academia, otros veníamos más de experiencias artísticas, constructores, artesanos, comunicadores, comunicadoras, gestores y gestoras, algunos eran muy jóvenes y fuimos conformando un equipo liderado por Chiqui. Concretamente bajo esta decisión política que planteaba. Esto permitió ir tomando los distintos espacios e ir pensando en los dispositivos para esos espacios. Entonces tiene que ver con esto. Y lo que primó siempre fue la idea de espacialidad. Tenemos ideas pero hay que materializarlas. Y la construcción de los dispositivos tiene que ver con esta impronta de la espacialidad. No sólo porque Chiqui venía del teatro sino que tenía muy en claro la relación entre el espacio y el cuerpo, sino también lo que es la experiencia del cuerpo. Esas experiencias, esos ámbitos y esos espacios pedagógicos de aprendizaje tengan una materialidad. (...) tuvimos que desconstruir esa idea instalada sobretodo en los museos del siglo XIX en que la cultura se contempla. No, la cultura se hace, se produce. Existen medios, herramientas y se hacen concretamente con nuestras manos. Y con todo nuestro cuerpo. Eso dio como resultante los espacios en Rosario.

Entrevistadores: El Tríptico es una experiencia mundialmente conocida, ¿no? Por su propuesta de (tos) entre las diferentes lenguajes entre el niño... la niñez... Cómo han llegado a este modelo del Tríptico? La concepción, la forma, cómo el modelo se sostiene en el interior de las distintas políticas...

Guilhermo: - Creo que el Tríptico de la infancia tiene que ver fundamentalmente, con una decisión política. Cuando se empezó a transformar esta ciudad bajo el gobierno el gobierno socialista... en ese momento el intendente (...) tomó una decisión que tiene que ver a darle la voz a distintos actores, incluyendo a los niños,

y se empieza a generar las primeras experiencias que dieron lugar al Tríptico de la infancia. Eso no se produce mágicamente, sino que tienen que ver con una política de un gobernante que invita, digamos, a que encontremos distintos actores y podamos arrollar distintos proyectos. El Tríptico de la infancia tiene que ver con eso. Se puede sostener en el tiempo porque es una decisión política (...) Un político puede sutilmente ir matando los proyectos, si quiere. Eso todos los sabemos. Ustedes están viviendo eso. Nosotros también, a nivel racional también.

Carolina: Eso tiene una fuerte decisión política, una fuerte inversión detrás... en la construcción de una infraestructura que promoviera encuentros, más específicamente hablando de Tríptico de la Infancia como una propuesta de espacialidad pública en toda la ciudad. Lo cierto es que, el Tríptico puede ser clasificado, digamos, como una política cultural o una política de infancia o como una política educadora. Y, a mí, creo que todas estas dimensiones son correctas, pero a mí me gusta decir que lo que más profundamente es el Tríptico, es una política de espacialidad pública y que ahí pensarles de la perspectiva de la infancia, la espacialidad pública nos abrió una posibilidad que hoy más que la suma de tres espacios es una matriz de trabajo de cómo se pueden pensar otros espacios públicos en las ciudades. (...)

Tríptico ya no es un término que alude a tres espacios públicos. Tríptico es una tipología de espacialidad pública, (...) se dice: “ voy el Tríptico con la familia”... hoy y para la gente es lo mismo que decir voy al museo, no hay explicación detrás... Como indicador cualitativo me parecen muchos números cuantitativos, cuánta gente va, cómo asiste, qué tipo de público se repite en su visita, pero cualitativamente analizando me parece que esa conquista de sentido, esa conquista simbólica da cuenta de lo que el proyecto generó en la ciudad. Esta idea de que hay una palabra que no existía y que hoy se nombra sin necesidad de ampliar su sentido. Tríptico se entiende perfectamente y Tríptico, insisto, es mucho más que tres lugares, Tríptico ya es una manera de pensar en el espacio público.

Entrevistadores: nos llama mucho la atención la calidad de la relación y de las prácticas que se establecen con los niños en estos tres espacios, quiero decir, de una pedagogía más sensible, de una escucha más atenta a diferentes lenguajes poéticos y la imaginación. Quiero decir, yo tengo una hipótesis que quizás las prácticas de los

espacios de los trípticos sean incluso más sensibles que de las escuelas. ¿Cómo es que usted lo ve? ¿El Tríptico es un espacio de creación de pedagogías también?

Guilhermo: Quiero decir que está muy bien hablar de política cultural, de política pública o la cultura, el lugar que tiene la cultura en las políticas públicas o la educación y la cultura en las políticas públicas... Decir que la educación resuelve muchas situaciones pero, digamos, cuando pasamos a la acción, hay una distancia muy grande. Primero que hay un primer movimiento que tiene que ver con el pasar a la acción. Y el otro movimiento tiene que ver con la distancia, que muchas veces existe entre la acción y el pensamiento. En este sentido, al plantearlo en términos de verbo, decimos nosotros, estamos arrollando una acción, o múltiples acciones que ponen en movimiento esas ideas pero que también ponen en movimiento la ciudad. Y en esa acción, es justamente... nosotros haciendo visibles cuáles son nuestras ideas. en este sentido, cuando nosotros hablamos del lugar de la cultura en las políticas públicas, también tenemos que, digamos, mostrar las acciones. Creo que no hay acciones si no se pueden palpar, si no se materializan en infraestructuras muy concretas. O sea, yo puedo hablar de lo abstracto pero, digamos, eso tiene que tener una... tiene que materializarse. Tienen una materialidad, tienen que ser palpadas, tienen que ser vividas espacialmente, tienen que ser, digamos, compartidas en espacios muy concretos. En este sentido, la transformación de las ciudades también implica una transformación, una apuesta en las infraestructuras. En el caso particular de la ciudad de Rosario, no solamente se piensa una ciudad... se despliega un proyecto de ciudad, se despliega materialmente. Entonces, los espacios que nosotros hemos construido a lo largo de esos 20 años, no solamente me refiero a espacios como el Tríptico de la Infancia sino también, digamos, me refiero a las infraestructuras culturales, espacios culturales, museos, anclajes en los territorios... tienen una materialidad..estas ideas están escritas en las piedras, están escritas en las ciudades. Uno las puede leer en la ciudad, puede recorrer las calles de esta ciudad, pueden visitar sus parques, pueden visitar sus centros deportivos, sus centros de convivencia barrial, sus centros, digamos... sus centros de salud y encontrar, digamos, que las políticas están hechas, digamos, en piedra en esos lugares. El resto, digamos, si esto no sucede, son ideas. Creo que eso es muy importante. Plantearlo en términos de verbos significa esto. Es no *incindir* el pensamiento de la acción. Y en esa acción, poder leer el pensamiento.

Siempre nos planteamos que la ciudad es un gran territorio de aprendizajes. No tener escuelas es un desafío. Pero porque tenemos a la ciudad. Y la ciudad es un gran espacio de aprendizaje y hemos producido mucho en relación a esto. En ese espacio de aprendizaje, la escuela es un actor más. Entonces, lo que nosotros hicimos desde la secretaría de cultura y de la educación fue, digamos, impulsar una red de aprendizaje. Creamos, hace 11 años la escuela móvil que provocaba este encuentro entre los espacios culturales, las experiencias de ciudad y las escuelas. Uno puede tener todos estos espacios pero pueden ser endogámicos que estén llenos en la ciudad pero también hay que provocar la comunicación. Y eso se provoca a través de líneas de trabajo muy concretas. La escuela móvil es una de ellas. Pero tampoco lo pensamos como un simulacro donde nos encontramos en un momento y (...) sino nos interesa que... interpelar a la escuela también. Y ser interpelados por la escuela. Creo que, en este sentido, el municipio tiene muchas líneas de acción para poner en comunicación. No solamente lo hacemos nosotros de la cultura pero se hace en deporte, se hace en desarrollo, se hace en el ámbito de la salud. Creemos en las redes. Construimos redes. Provocamos esos encuentros. No solo con la escuela móvil sino también con intervenciones muy concretas. Lo que tenemos que pensar es que estamos en un momento donde hay una aceleración en la producción en los mecanismos de producción cultural y una desaceleración en relación a la escuela. Pensemos que los modelos de escuela que se construyeron a fines del siglo XIX y durante buena parte del siglo XX... la escuela contenía todo. La escuela era un edificio donde tenías una biblioteca y hasta un pequeño museo, tenías un teatro. Y todo ese mundo, ese circuito, transcurría en la escuela. Hoy eso no es así. Esa producción cultural se desarrolla en distintos ámbitos. Entonces nosotros tenemos que provocar ese encuentro.

Carolina: - Nosotros gustamos de decir que es una usina de sentido pedagógico también, lo es, y de esto trabajamos también para que lo sea como un espacio receptivo de debates, experiencias y interrogaciones de los educadores de la ciudad. Sistema formal o no formal. Entonces, además de todo el trabajo que hacemos recibiendo escuelas como visitantes y abriendo las puertas al público los fines de semana, también en este espacio que es la Ciudad de los Niños y otros espacios, no solo los tres lugares que integran el Tríptico, hay una parte por fuera de estos recorridos y de esos horarios que tiene que ver con que el espacio está disponible todo el tiempo y abierto todo el

tiempo a estancias de capacitación y encuentros de docentes, encuentros de educadores
...

Muchas veces, nos consultan sobre la relación entre el sistema formal y el no formal. Nosotros más que mejorar la relación entre el sistema y, lo que nos gustaría es disolver el la dicotomía formal y no formal, que efectivamente esos espacios se sientan como usina pedagógica, se tengan en cuenta de esa manera, colaboremos con la formación de docentes y educadores en un sentido amplio, trabajemos en esos espacios y ya no sea que ya estemos bien integrados o que estamos bien trabajando juntos, sino que ya no haya tanta distinción cuando nos juntamos.

Entrevistadores: Son esos dispositivos y esa concepción que montan lo que construyen, ¿lo que ustedes llaman una pedagogía urbana?

Carolina: - Sí, esos dispositivos es un sentido de ciudad amplio. Yo tengo a cargo la Dirección General de Pedagogía Urbana, que hace tres años que cambió de nombre.

Entrevistador: Sí, es un nombre simbólico, ¿no?

Carolina: Es un nombre simbólico, tiene una carga... A ver, una cosa es poner un nombre en un programa o a un espacio.. Otra cosa... Y, después nosotros ponemos esos nombres que creo que en Rosario tenemos mucho cuidado cómo nombramos y las metáforas nos parecen importantes porque nos parece importante que el repertorio de nuestras palabras pueda representar mucho de lo que nos ocurre...la idea de pedagogía urbana ahí cobra sentido de un tanto. Podemos trabajar con otras áreas la dimensión educativa que, a lo mejor, no podrían reconocer en su hacer cotidiano y que sin embargo está ahí, en un sentido de ciudad educadora. Entonces, la pedagogía urbana nos permitió pegar el salto que lo educativo no era solo de la Secretaría de Cultura y Educación, sino que Pedagogía Urbana era la dimensión de la movilidad y el transporte. Pedagogía Urbana era también hasta la cultura del tributo, Pedagogía Urbana era la integralidad de todos los barrios y la construcción de una ciudad más comunicada y más cercana... Pedagogía era la multiculturalidad y la diversidad de una ciudad. Entonces, ese cambio de nombre que antes era Programas Educativos, permitió también pegar un salto hacia el interior de la propia estructura de la Secretaría y de la gestión en cuanto a cuál es el

componente educador y pedagógico de todas las áreas del gobierno y un poco la transmisión como Dirección General, gestionar todos esos espacios pero, además trabajar fuertemente en estas líneas con otras con otras áreas, alimentando la potencia educadora de distintas áreas del Gobierno. ¿Se entiende? Que es distinto que una municipalidad, que una ciudad tenga un área educativa. Tener un área educativa es una cosa, otra cosa es tener un área de pedagogía urbana.

Entrevistadores: Es muy precioso que ese debate también sea hecho en nombre de la cultura, ¿no? Ahí está la Secretaría de la Cultura. Técnicamente, en las experiencias brasileñas, por ejemplo, la dimensión de la cultura es alejada del debate sobre infancia.

Guilhermo: - Cuando uno entiende que lo que hacemos genera ámbitos de diálogos. Nosotros tenemos un gabinete general, lo que lo conforman las secretarías, pero a la vez estamos organizados por gabinetes sectoriales. Esos gabinetes sectoriales son los encargados de discutir esas políticas. Nosotros participamos tanto del gabinete urbano como del gabinete social. Por lo cual esa dimensión de la pedagogía urbana la llevamos a todas partes. O sea, yo puedo estar sentado con el secretario de obras públicas de la secretaría de planeamiento y la secretaría de salud y la secretaría de desarrollo social, discutiendo de par a par las políticas que se llevan adelante.

Entrevistadores: La política es presente en distintos distritos, por ejemplo, no es solo en el centro de la ciudad también, en toda la ciudad, ¿no?

Guilhermo: - Sí, nosotros estamos en esa dirección donde las infraestructuras no estén en el centro sino que haya un proceso de descentralización cultural también, que lleva mucho tiempo. ...Cada uno de ellos tiene una coordinación cultural que tiene un equipo a cargo que genera el desarrollo de lo que llamamos espacios culturales. Esos espacios culturales hacen lo que llamamos de talleres culturales. En este momento estamos mudando la idea de taller espacio cultural donde no es relevante para nosotros el hecho de ir a aprender alguna manualidad, un bordado o aprender a jugar al ajedrez, sino son espacios de sociabilidad, de escucha, de encuentro. Entonces va mucho más allá de una actividad de encuentro. Nosotros en este momento tenemos 500 de ese tipo

en toda la ciudad. Tiene que ver con nuestra política de desterritorializar el centro y territorializar toda la ciudad.

Carolina: ... La movilidad es muy importante y poder moverse en la ciudad es muy importante. Poder efectivamente apropiarse de los espacios y no sentir que está lejos o es del centro, que es otra cosa que también sobrevuela los imaginarios en las ciudades. Que cosas son del centro y que cosas son descentralizadas, pero nosotros el centro también es descentralizado, debe ser un distrito más, no la centralidad.

Entrevistadores: Cuando hablamos de niño y juventud, muchas veces hay conflictos de las políticas públicas. En especial la cultura. Las producciones dirigidas a niños... a los espacios dirigidos a niños y los espacios dirigidos a jóvenes. ¿Hay una disputa también? ¿Por ejemplo, en la definición de espacios públicos sería para los niños o para los jóvenes?

Guilhermo: - Nosotros nunca pensamos en "espacios para". Los espacios los pensamos como espacios de convivencia. Si bien en algunos momentos hay una apuesta para que los niños y las niñas sean más protagonistas, siempre los pensamos como espacios culturales que se puedan compartir niños, jóvenes y adultos. Eso es lo que decía. Nuestras políticas siempre tienen que ver con esto. Tienen que ver con la convivencia. Donde haya simultaneidad, actores y actrices allí compartiendo el espacio. Lo que pasa es que es muy difícil instalarlo porque, a veces, como se comunican, los comunicadores y las comunicadoras plantean las cuestiones, por ejemplo, Tríptico de infancia es para los niños. Y nosotros, hace 20 años que estamos diciendo: Tríptico de infancia es entre chicos y grandes. Es un espacio que no está dirigido sólo a los chicos. Es un espacio que está dirigido también a los adultos y a este diálogo entre jóvenes, niños y adultos. Es una pelea.

Carolina: los adultos disfrutan de esos espacios y no porque hacen como si fueron niños, sino porque hay algo genuinamente humano en la forma de habitar el espacio desde el juego, desde las operaciones creativas, desde el múltiple lenguaje y que eso se había perdido. Esto fue una recuperación que inmediatamente funciona con los adultos y que, los adultos y los niños comparten de otra manera en esos espacios, y que a veces los adultos juegan solos aunque no hayan llevado ningún niño a recorrer el

Tríptico, y que es una manera de convivencia muy genuina, muy fuerte en la ciudad la que promueve y la que genera.

Entrevistadores: Un desafío que también ocurrió es la propuesta de participación de los niños a través de los concejos. Nos gustaría oír cómo se coloca la participación de los niños en los proyectos y decisiones.

Guilhermo: Nosotros tenemos hace 20 años los concejos de niños. El concejo también ha pasado por distintas instancias y por distintos momentos. Lo importante es que podamos involucrar a los actores políticos. No solamente tenemos un ritual anual donde, a fin de año, la intendenta recibe la propuesta de los niños y la pone a disposición del gabinete. El año pasado tenía que ver con los colores de la ciudad, con pintar la ciudad, etc. Invitamos a la secretaría de medioambiente y espacio público que era la encargada de eso para poder implementar una de las líneas. No hay que hacer simulacros. Si nosotros convocamos a los actores a hacer propuestas, tenemos que llevar adelante esas propuestas.

El concejo de niños es uno y el presupuesto participativo es otra alternativa en relación a la implementación de los proyectos que provienen por parte de la ciudadanía. Los concejos barriales es otro de los instrumentos. En este momento también estamos desarrollando una línea de participación web, de participación ciudadana. Digamos, la participación muchas veces está vacía. Hay que llenarla de un sentido que no tenía.

Entrevistadores: Hablando de los consejos, me parece todo lo que ustedes dicen, toda la experiencia del Tríptico, de los espacios culturales, hablan de una horizontalidad en la relación con las crianzas, hablan de una manera, de una escucha, de una lógica de participación horizontal que dialoga con lo que es ser niño, como los niños ven el mundo... Existen muchas experiencias sobre participación, escucha de los niños que podemos caracterizar como escolarizadas o adultos centrados, formas que son una simulación del modo adulto de hacer política, una reunión... como si fuera un teatro de los niños siendo adultos o instrumentos de escucha y cuestionarios...

Carolina: Hay como unas formas, unas decisiones, unas dicotomías con las que organizamos la vida en las ciudades en esto de dividir y una es la forma del contenido. Entonces, yo quiero un contenido con la infancia, reconozco que hay un mundo

particular, pero después yo quiero ponerle una forma (risas) que sea ordenada y parecida como ordenamos el mundo de los adultos, que es nuestro *orden*, por otra parte que no quiere decir que sea *el orden*. Entonces, la contradicción parte de la base y entonces da contradicciones como resultado. Si hay un contenido particular que creemos y que queremos rescatar, pues tendremos que hacer un esfuerzo profundo en que haya una forma particular y acorde a este contenido. Tendremos que aprender nosotros, escuchar y mirar eso. Lo otro, el simulacro no sirve para nada o sirve para una linda marca y un eslogan que dura lo que dura una marca y un eslogan.

Entrevistadores: Es muy importante en Brasil y nosotros tenemos un gran desafío con la privación de derechos,...¿Usted puede hablar un poco más de eso? Es decir, en qué medida estos modelos ayudan a garantizar en la garantía de los derechos de la crianza.

Carolina: Nosotros desde el servicio local, desde los equipos de desarrollo, cuando nombro los educadores en los centros de convivencia muchos de estos centros de convivencia están en zonas bastante complejas en cuanto a las problemáticas de convivencia y de seguridad, de relacionamientos en ciertas zonas. Entonces trabajamos mucho cerca en esos casos, particularmente con la Secretaria de Desarrollo Social y la Secretaria de Salud. Lo importante es que ellos también comparten la perspectiva completa, digo y nosotros hacemos solamente espacios culturales y educativos desde esta perspectiva y ellos solo hacen la atención. Hacemos todo juntos, por supuesto que cada equipo tiene alguna especificidad más directa y ahí me parece que la tensión entre protección y autonomía de la infancia es una responsabilidad de los adultos resolverla. Encontrarle vueltas: ¿Cómo cuidar? ¿Cómo proteger? ¿Cómo dar autonomía a los niños en las ciudades? No pueden ser ajenos, excluyentes, nosotros tenemos situaciones muy complicadas en esta ciudad, como todas las ciudades del mundo y particularmente nuestras ciudades Latinoamericanas, tenemos situaciones que todavía nos queda pendiente de atender y estamos todos los días trabajando por eso. Creemos con convicción que esa agenda no tiene que ser una agenda que no permita al mismo tiempo pensar que un niño puede pensar su ciudad, tiene que tener cierta autonomía para jugar hasta diría cierto nivel de riesgo bien entendido y no peligro en ese juego, que los paradigmas son complementarios y no excluyentes.

Lo que tenemos que hacer es aprovechar que tenemos unos equipos formados en distintas áreas y en distintas intersecciones y tratar de trabajar en ambos sentidos. Por supuesto que es fácil decirlo, no es fácil llevarlo adelante.

Entrevistadores: existe una tensión en la cuestión de la diversidad cuando hablamos de la infancia. Pensando en América Latina con una diversidad étnico racial, social, significativa... Procesos también de inclusión, poblaciones como crianzas con deficiencia visual, etc. ¿Cómo ustedes tratan eso en las políticas? Pensando en estas identidades, el lugar que ellas toman...

Carolina: - Sí, nosotros fundamentalmente en el área nuestra, ahí es muy estratégico el Consejo de Niños, por ejemplo, porque si uno presta atención en poder entender esa diversidad que tiene nuestra ciudad como tantas otras... Si bien es cierto que, no hace falta que estemos en cada barrio para poder entender de las particularidades, diversidades y múltiples escenas ceñidas que se dan en la ciudad, nos parece que en el contexto de cada uno de esos consejos pueden emerger agendas que están más ligadas y que se sienten más presentes en ese debate en ese barrio. Después, sí es un trabajo donde se reúnen todos los consejos y se trabaja en un solo proyecto, o sea, los niños llegan a un consenso... porque no es un proyecto que se vote, es un proyecto que se construye, esto es otra cosa interesante Ciudad de los Niños, no es que hay unos proyectos y se elige, sino que se tiene que poder consensuar. Después, sí se construye un consenso, pero la idea de centralizar los consejos tuvo que ver con eso, con poder incorporar la mayor cantidad de perspectivas posibles desde la infancia en toda la ciudad y en todos los contextos son esa infancia (...).

Entrevistadores: ¿Crees que esta diversidad está representada en los Consejos? ¿Tiene voz?

Carolina: - Sí. También pienso que hay una diversidad misma en ser infancia, o sea, que también hay algo que después entre ellos es común, que es distinto a todo lo demás y que está en su propia condición de niños y niñas. Entonces, hay cosas que aparecen como particulares según el consejo, según el barrio, según la historia de cada uno de los niños y niñas que participan. Y, después, aparecen cosas comunes que los adultos probablemente ya no las registran que tienen que ver con sus propias

perspectivas como infancia y también eso es interesante de ver. Muchas veces en consejos distintos, en contextos muy distintos, con historias y realidades muy distintas. Sin embargo, aparecen como agendas de la infancia, cosas parecidas. Y, a veces, esas manifestaciones de la diversidad de la ciudad marcan un rasgo particular para un proyecto, pero a veces hay más coincidencias que diferencias, lo que ahí es una perspectiva distinta según el barrio en que se está trabajando. Por eso, ahora estamos trabajando descentralizados, quizás ustedes vienen dentro de 2 años y decimos no pensamos que se tienen que ver todo el tiempo y en distintos lugares de la ciudad, estar aquí... No sé. Y, lo volvemos a pensar.

Entrevistadores: Cómo ustedes tratan con el proceso de gentrificación de los espacios. Así, cuando hay una intervención en el espacio, su entorno se queda mucho más valorado y tiende a tener un cambio en la población. ¿Cómo usted trata esto?

Guilhermo: En relación a la gentrificación, lo que nos presenta, digamos... problematiza una situación en relación a la puesta en valor de un territorio de alguna porción de la ciudad que, en algún momento estaba siendo habitada... en algunos casos también está siendo usurpada, digamos, donde... que se tiene que regularizar de alguna manera. Entonces hay que negociar con aquellos que la habitaban antes de que llegue la política de estado, digamos, para transformar esos espacios. Creo que hay un margen... siempre hay que haber un margen de conversar y dialogar de negociar con los que habitan ese lugar porque sabemos que esa política les va a transformar la vida. En algunos casos implicará que se muden del espacio y el Estado les tiene que ofrecer una solución. Cuando no hay otra alternativa que tengan que mudarse de espacio, creo que es importante que sea organizado por el Estado y no por los negocios inmobiliarios. Que lo organice el Estado implica que ofrezca garantía.

Referências

BALAGUÉ, Claudia. (Org). **Educadores con perspectiva transformadora**. Santa Fe: Ministerio de Educación de la Provincia de Santa Fe. Redes de Tinta. 2018. 172 p.

MUNICIPALIDAD DE ROSÁRIO. **Tríptico de la Infancia**, Dirección General de Comunicación Social. Municipalidad de Rosário. S/D.

AICE - Associação Internacional das Cidades Educadoras. A convivência nas Cidades: cadernos de debate, nº 4. **Rosário**. Argentina 2016.

